

EXMO SENHOR  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/027/2024/XIII

**Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores - TAXA DE EXECUÇÃO DO PRR  
HABITAÇÃO ABAIXO DOS 10% FAZ PERIGAR O APROVEITAMENTO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS EM  
PREJUÍZO DA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DOS AÇORIANOS**



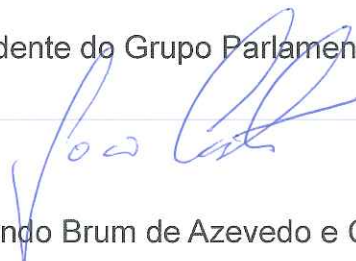
Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Horta, 26 de março de 2024

Com os melhores cumprimentos



O Presidente do Grupo Parlamentar



João Fernando Brum de Azevedo e Castro

## **Requerimento**

### **Taxa de execução do PRR Habitação abaixo dos 10% faz perigar o aproveitamento de fundos comunitários em prejuízo da melhoria das condições de vida dos açorianos**

Em 2020, o Governo do Partido Socialista, negociou e assegurou a disponibilização de 60 milhões de euros em fundos do PRR para efeitos de construção e reabilitação de habitação. Esta dotação foi recentemente reforçada em mais 4 milhões de euros.

Estão assim garantidos recursos comunitários sem precedentes para “aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores” (PRR).

Têm sido recorrentes os alertas produzidos pelo CESA (Conselho Económico e Social dos Açores) nos pareceres elaborados aos Relatórios Periódicos de Monitorização e Anuais de Progresso. Esses alertas reportam incumprimentos sucessivos das metas e marcos do PRR-Habitação e consequentes reprogramações e adiamentos, o que traduz atrasos na execução das empreitadas com vista à construção e reabilitação de habitação.

Alexandra Bragança, Presidente da AICOPA, responsável no CESA pelo acompanhamento da execução do PRR, afirmou, no passado dia 20 de março, à Antena 1/Açores, que das 301 novas habitações a construir, apenas foram construídas 24, e que das 527 a reabilitar apenas foram concluídas 41. Acrescentou ainda que estas construções e reabilitações foram concluídas em 2021 e que, dos 64 milhões de euros disponíveis, até agora não estão executados 10% das verbas.

Os dados acima referidos podem ser encontrados na página 13 do último Relatório Periódico de Monitorização relativo ao 4.º trimestre de 2023, datado de 31 de janeiro de 2024, produzido pelo Governo dos Açores.



Assim, o Grupo Parlamentar do PS/Açores vem ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, através dos deputados abaixo indicados, solicitar que o Governo disponibilize as seguintes informações:

1. Na página 13 do último Relatório Periódico de Monitorização relativo ao 4.º trimestre de 2023, consta como “Informação complementar”:

1.1 “24 habitações sociais construídas e 41 habitações sociais reabilitadas (2021)”, sobre as quais solicitamos a seguinte informação:

- a) Relativamente às “24 habitações sociais construídas”: número de habitações construídas por ilha; data do lançamento da(s) empreitada(s) de construção; valor de adjudicação da(s) empreitada(s); data(s) da inauguração, datas do início e conclusão do realojamento das famílias;
- b) Relativamente às “41 habitações sociais reabilitadas”: número de habitações reabilitadas por ilha; data de lançamento de cada um dos procedimentos de contratação pública; valor de adjudicação de cada uma das empreitadas; data de conclusão da(s) empreitada(s) de reabilitação; datas de início e conclusão do realojamento das famílias;
- c) Informação relativa ao número de novos agregados familiares realojados decorrentes quer da alínea a) quer da alínea b), se os houver.

1.2 “37 imóveis reabilitados (aguardam certificação energética)”. Sobre estes solicitamos a seguinte informação:

- a) número de habitações reabilitadas por ilha; data de lançamento de cada um dos procedimentos de contratação pública; valor de adjudicação de cada uma das empreitadas; data de conclusão da(s) empreitada(s) de reabilitação; datas previstas de início e conclusão do realojamento das famílias.



- b) Quando foi iniciado o processo de certificação energética? Em que ponto de situação se encontra cada um dos processos de certificação?
- c) Informação relativa ao número de novos agregados familiares realojados, se os houver.

1.3 “1 imóvel construído em São Miguel (aguarda registos patrimoniais e certificação energética)”. Sobre este imóvel solicitamos a seguinte informação:

- a) Trata-se de uma habitação unifamiliar? De que tipologia?
- b) Data de lançamento do procedimento de contratação pública; valor de adjudicação da empreitada; data de conclusão da empreitada; datas previsíveis de início e conclusão do realojamento da(s) família(s).
- c) Quando foi iniciado o processo de certificação energética? Em que ponto de situação se encontra o(s) processo(s) de certificação?
- d) Quando foi iniciado o processo de registo?

1.4 À data de produção do referido Relatório afirmava-se que “até 28/02/2024” ficariam concluídas 9 renovações em São Miguel.

Questiona-se:

- a) Trata-se de habitações unifamiliares? De que tipologia? Propriedade da RAA ou de particulares? Em que freguesias?
- b) Data de lançamento do(s) procedimento(s) de contratação pública; valor de adjudicação da(s) empreitada(s); data de conclusão da empreitada(s); datas previsíveis de início e conclusão do realojamento da(s) família(s).

1.5 Previa-se ainda que “até 31/03/2024” ficarão concluídas “14 renovações na Graciosa e na Terceira”. Sobre estas questionamos:

- a) Trata-se de habitações unifamiliares? De que tipologia? Propriedade da RAA ou de particulares? Em que freguesias?



- b) Data de lançamento do(s) procedimento(s) de contratação pública; valor de adjudicação da(s) empreitada(s); data de conclusão da empreitada(s); datas previsíveis de início e conclusão do realojamento da(s) família(s).

1.6 Refere ainda “2 edifícios multifamiliares adquiridos, com um total de 75 frações, para reabilitação”. Sobre estes solicita-se:

- a) Cópia dos contratos de aquisição;
- b) Data de lançamento do(s) procedimento(s) de contratação pública com vista à reabilitação dos imóveis; valor de adjudicação da(s) empreitada(s); data(s) de conclusão da empreitada(s).

1.7 Menciona “40 imóveis em reabilitação”, sobre estes questiona-se:

- a) Trata-se de habitações unifamiliares? De que tipologia? Propriedade da RAA ou de particulares?
- b) Número de habitações a reabilitar por ilha; data de lançamento do(s) procedimento(s) de contratação pública; valor de adjudicação da(s) empreitada(s); data de conclusão da empreitada(s); datas previsíveis de início e conclusão do realojamento da(s) família(s).

1.8 Indica “36 imóveis a reabilitar” e “23 imóveis a construir” com procedimento de empreitada em curso, sobre estes questiona-se:

- a) Trata-se de habitações unifamiliares? De que tipologia? Propriedade da RAA ou de particulares?
- b) Número de habitações a reabilitar e construir por ilha; data de lançamento do(s) procedimento(s) de contratação pública; valor de lançamento da(s) empreitada(s); data prevista para a conclusão do procedimento e início das empreitadas.

2. Solicitamos ainda informação relativa a qualquer outro procedimento em curso ou a lançar com vista à construção ou reabilitação de habitação referido, ou não, na página 13 do referido Relatório de Monitorização, que nos permita descortinar



GRUPO  
PARLAMENTAR

Partido Socialista  
AÇORES

como serão alcançados os objetivos de “301 casas construídas e 527 reabilitadas” daqui a “1 ano e 9 meses”.

3. O último Relatório Periódico de Monitorização disponível é relativo ao 4.º trimestre de 2023 e o último Relatório Anual de Progresso é relativo a 2022. Nesta data o Governo dos Açores não disponibilizou o Relatório Anual de Progresso, relativo ao ano de 2023, embora devesse tê-lo feito até ao final de fevereiro, incumprindo o cronograma estabelecido. Assim, solicita-se o envio de cópia do Relatório Anual de Progresso relativo a 2023 bem como justificação para o atraso na sua disponibilização.

Angra do Heroísmo, 26 de março de 2024

Os Deputados

Andreia Cardoso

João Vasco Costa

José Eduardo

Mário Tomé

Isabel Teixeira